

DIOGO DE ARAUJO LIMA
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR

aspectos teóricos
e pragmáticos: com
as alterações da

**LEI N° 14.230, DE 25
DE OUTUBRO DE 2021**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Anotistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capo: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfico

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Diogo de Araujo

Acordo de não perseguição cível aspectos teóricos e pragmáticos : com as alterações da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021 / Diogo de Araujo Lima e Luiz Manoel Gomes Junior. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-0858-4

1. Brasil. Ministério Público 2. Direito Administrativo 3. Direito Público 4. Improbidade administrativa - Legislação Brasil I. Gomes Junior, Luiz Manoel. II. Título.

22-120827

CDU-35.08:343.352(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Improbidade administrativa : Ação cível Direito administrativo 35.08:343.352(81)

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária CRB-8/9380

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS – Diogo de Araújo Lima.....	9
AGRADECIMENTOS Luiz Manoel Gomes Junior.....	11
INTRODUÇÃO.....	17
1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: ASPECTOS MATERIAIS E PROCESSUAIS.....	23
1.1. Noções introdutórias.....	23
1.2. Competência.....	29
1.3. Legitimidade.....	38
1.4. Tipologia dos atos de improbidade.....	44
1.4.1. Enriquecimento ilícito.....	46
1.4.2. Dano ao erário.....	49
1.4.3. Violação aos princípios da Administração Pública.....	53
1.5. Elemento subjetivo nos atos de improbidade.....	57
2. DAS CONSEQUÊNCIAS PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	63
2.1. Natureza jurídica.....	63
2.2. Espécies.....	64
2.2.1. Ressarcimento integral do dano.....	66
2.2.2. Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio....	72
2.2.3. Multa civil.....	73
2.2.4. Perda da função pública.....	80
2.2.4.1. Cassação da aposentadoria.....	89
2.2.5. Suspensão dos direitos políticos.....	93
2.2.6. Proibição de contratar ou receber incentivos fiscais ou creditícios...	100
2.3. Parâmetros mínimos para a composição extrajudicial e judicial na improbidade administrativa.....	105
2.4. Coordenação, instrução e aplicação das diversas sanções.....	109

14 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

3. ABANDONO DO DOGMA DA IMPOSSIBILIDADE DE ACORDOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	113
3.1. Abertura normativa à consensualidade.....	113
3.1.1. Acordo de leniência no direito concorrencial	117
3.1.2. Acordo de leniência na Lei Anticorrupção	121
3.1.3. Termo de Cessação de Conduta da Lei Antitruste (n� 12.529/2011).....	124
3.1.4. Diferenç�as entre acordo de leniência do Direito Concorrencial, acordo de leniência da Lei Anticorrupção e termo de cessação de conduta	126
3.2. Leidos Juizados Especiais: rompimento do paradigma da indisponibilidade da a�o penal	129
3.3. A descriminaliza�o via jurisprudência em crimes de menor gravidade	133
4. A SUPERA�O DA INADEQUADA INTERPRETA�O DA INDISPONIBILIDADE DO PATRIM�NIO PÚBLICO	137
4.1. A moralidade administrativa como direito fundamental do cidadão e dever da Administra�o Pública: a eficiência como garantia do direito	137
4.2. Acordo em matéria de improbidade administrativa: da veda�o � expressa permissão na Lei n� 8.429/1992.....	141
4.3. A unidade e a necessária coerência do microsistema da probidade administrativa	146
4.4. Direito intertemporal e retroatividade da nova lei de improbidade administrativa no que se refere às sanções e ao acordo de não persecu�o cível....	151
5. ACORDO DE NÃO PERSECU�O CÍVEL	163
5.1. Aspectos gerais do acordo de não persecu�o cível.....	163
5.1.1. Conceito.....	163
5.1.2. Natureza jurídica.....	164
5.1.3. Legitimidade	167
5.1.4. Elementos do Acordo de Não Persecu�o Cível.....	168
5.1.5. Reflexões sobre o regime jurídico cabível	174
5.1.6. Critérios para a fixa�o de benefícios em favor do celebrante.....	188
5.1.7. O poder de regulamenta�o do Acordo de Não Persecu�o Cível pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelos Ministérios Públicos Estaduais.....	192
5.1.8. Do procedimento do Acordo de Não Persecu�o Cível extrajudicial.....	196
5.1.9. Do procedimento para a homologa�o judicial do acordo	199
5.2. Aspectos controversos do acordo de não persecu�o cível.....	201
5.2.1. Limite temporal para a celebra�o do acordo: o acordo pode desconstituir os efeitos da coisa julgada?	201

5.2.2. Necessidade de homologação do Acordo de Não Persecução Cível...	205
5.2.3. Sanções passíveis de negociação no Acordo de Não Persecução Cível (inclusive no âmbito eleitoral)	208
5.2.4. Convenções processuais e sanções processuais atípicas no Acordo de Não Persecução Cível	217
5.2.5. Especificidades das sanções do Acordo de Não Persecução Cível: princípios da consunção, detração, renúncia ao cargo público e cassação da aposentadoria	220
5.2.6. Participação da pessoa jurídica de direito público lesada: obrigatoriedade ou faculdade?.....	224
5.2.7. Os limites do controle judicial sobre o acordo de não persecução cível: autonomia da vontade e discricionariedade motivada	227
5.2.8. Acordo de Não Persecução Cível em casos de solidariedade passiva	234
5.2.9. A previsão de cláusulas pró-futuro nos Acordos de Não Persecução Cível.....	236
5.2.10. Acordo de Não Persecução Cível e a independência de instâncias ...	239
5.2.11. Acordo de Não Persecução Cível extrajudicial e a prescrição	241
6. CONCLUSÕES.....	245
REFERÊNCIAS.....	251